

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

A União Europeia: Desafios Antes e Depois do Brexit

Moderadora: Laura C. Ferreira-Pereira

Comentador: António Raimundo

Título da Comunicação: A Comunidade de Intelligence Contraterrorista da União Europeia face à Perspetiva do Brexit: Rumo a uma Maior Resiliência?

Autora: Cristiana Cruz (EEG – Universidade do Minho)

Resumo

Recentemente, a União Europeia tem sido fustigada por uma onda de ataques terroristas levados a cabo por fundamentalistas islâmicos afiliados ao Daesh. Atentando ao carácter transfronteiriço do terrorismo e ao elevado risco que a UE enfrenta como potencial alvo deste tipo de atentados, a importância da cooperação entre os Estados-membros, especialmente no âmbito da partilha de intelligence, torna-se evidente. Contudo, em Junho de 2016, a maioria dos cidadãos britânicos votou a favor da saída do Reino Unido da UE. Sendo o Reino Unido um dos principais contribuidores da comunidade de intelligence da UE, a questão de perceber quais as implicações do Brexit para esta comunidade, particularmente no que toca ao processo de “resilience building”, torna-se pertinente. Recorrendo a uma abordagem de estudo de caso e ao método de process-tracing, esta pesquisa pretende investigar como evoluiu a comunidade de intelligence contraterrorista da UE e os desafios que esta enfrenta face à perspetiva do Brexit, fazendo recurso a fontes primárias e bibliografia secundária. Essa análise permitirá perceber se tal evolução veio dotar a UE de uma maior resiliência e preparação para enfrentar as ameaças e riscos colocados à segurança europeia; e se esse processo de “resilience building” permitirá à UE enfrentar os desafios colocados pela perspetiva de saída do Reino Unido.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

A União Europeia: Desafios Antes e Depois do Brexit

Moderadora: Laura C. Ferreira-Pereira

Comentador: António Raimundo

Título da Comunicação: *Euroceticismo e Populismo: Cacofonia Conceptual sob Escrutínio*

Autoras: Catarina Silva, Laura C. Ferreira-Pereira e Alena Vieira (CICP – Universidade do Minho)

Resumo

Sensivelmente desde o Tratado de Maastricht, uma série de acontecimentos tem motivado o crescimento de uma onda de oposição ao aprofundamento da integração europeia. Paralelamente, os estudos sobre o euroceticismo floresceram na literatura académica. Desde o início dos anos 2000, a disseminação do euroceticismo na opinião pública e nos partidos políticos contribuiu para a compreensão académica do fenómeno, que tem evoluído de um 'non-issue', para um fenómeno dominante e crescente nas sociedades e democracias europeias - 'hard-issue' -, sobretudo no contexto da crise económica e financeira pós-2008. Desde Taggart (1998), a literatura sobre o euroceticismo pode ser organizada em três correntes diferentes: a natureza do fenómeno, o posicionamento dos atores e, mais recentemente, o mainstreaming do euroceticismo. Estas posições têm contribuído para uma cacofonia conceptual do euroceticismo. Neste sentido, propomos uma reconceptualização do euroceticismo, à luz dos desenvolvimentos pós-2008 na UE. Para isso, argumentamos a existência de dois momentos na caracterização do euroceticismo: o primeiro, emergente nos anos 90; e o segundo, característico do pós-2008. Dessa reconceptualização, concluímos que euroceticismo e populismo não são conceitos equivalentes. Entendemos, portanto, que o populismo tem sido a expressão máxima do euroceticismo, puxando-o para uma retórica de negação de todo o projeto europeu.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

A União Europeia: Desafios Antes e Depois do Brexit

Moderadora: Laura C. Ferreira-Pereira

Comentador: António Raimundo

Título da Comunicação: *A Política Migratória da União Europeia: A Parceria para a Mobilidade entre a União Europeia e Cabo Verde em Análise*

Autora: Catarina Rodrigues (EEG – Universidade do Minho)

Resumo

A União Europeia tem vindo gradualmente a assumir um papel de ator global no domínio da política migratória. Para tal, tem perfilhado a celebração estratégica de instrumentos políticos com o escopo de enquadrar e regular as dinâmicas migratórias, que se estabelecem com países terceiros além das suas fronteiras externas. Nesta senda, e no quadro da Abordagem Global para a Migração e Mobilidade, destacam-se as Parcerias para a Mobilidade (PM). Através de um afloramento da evolução da política externa migratória da União Europeia (UE), que propiciou o lançamento das PM como instrumento privilegiado na gestão da política migratória com países terceiros, o presente estudo examina os desenvolvimentos que se têm vindo a lograr nessa sede entre a UE e Cabo Verde. Neste estudo, arguimos que as Parcerias para a Mobilidade constituem uma das facetas mais visíveis das crescentes competências de governança externa da UE no domínio da política migratória; e que tal como o caso de Cabo Verde atesta, esta organização desenvolveu uma capacidade de influenciar estruturalmente países terceiros em domínios que por tradição estariam reservados à competência soberana nacional. A análise do caso cabo-verdiano, permitiu-nos concluir que a implementação da PM redundou na primazia conferida à matéria de migração ilegal e na parca supranacionalização da política migratória.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

A União Europeia: Desafios Antes e Depois do Brexit

Moderadora: Laura C. Ferreira-Pereira

Comentador: António Raimundo

Título da Comunicação: *A Comunicação Política dos Partidos Populistas em Portugal e Espanha*

Autor: Sérgio Neto (EEG – Universidade do Minho)

Resumo

Nos dias atuais temos assistido à proliferação de partidos de matriz populista um pouco por todo o Mundo, com particular ênfase no continente europeu. A conjuntura de crise económica na Europa parece ter favorecido o exacerbamento dos movimentos populistas, quer com ideologias habitualmente ligadas à extrema-direita, como é o caso, por exemplo, da Frente Nacional em França, quer com ideologias normalmente associadas à extrema-esquerda, como o Syriza na Grécia. Estes partidos procuram fazer uso da comunicação para conseguirem promover as suas mensagens e angariarem apoio e têm de o fazer num contexto de grandes mudanças nos média. A adaptação a novas formas de comunicação torna-se crucial. Esta investigação tem por objetivo perceber, com base nos estudos de caso dos partidos emergentes da crise económica Livre -Tempo de Avançar e Podemos em Portugal e Espanha, respetivamente, e através do recurso à análise do conteúdo publicado nas redes sociais Twitter e Facebook, quais são as estratégias de comunicação política utilizadas pelos partidos populistas, intendendo demonstrar que semelhanças e diferenças podemos encontrar entre o caso português e o espanhol. A escassez de estudos científicos, particularmente em perspetiva comparada, sobre a comunicação dos partidos de matriz populista nos países em análise confere a esta investigação um carácter pertinente e inovador.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Presidentes e Efeitos Políticos

Moderador: Carlos Jalali (GOVCOPP - Universidade de Aveiro)

Título da Comunicação: *O abraço generoso da compreensão*

Autores: João Relvão Caetano (Universidade Aberta) e Alexandra Martins (ISCSPP – Universidade de Lisboa)

Resumo

"O relacionamento dos cidadãos com os atores políticos é, de uma forma geral, carregado de sentimentos, positivos ou negativos, que os leva a fazer escolhas, a votar ou defender determinados partidos ou candidatos, bem como a condenar outros. A escolha racional em política é uma utopia em cuja existência queremos acreditar. Numa era em que os média, e principalmente as redes sociais, têm um papel quase omnipresente nas nossas realidades quotidianas, os políticos estão sujeitos a um escrutínio constante; por isso a imagem é, hoje, mais do que nunca importante, funcionando como uma espécie de segunda natureza. Neste poster pretendemos analisar a política de afetos do atual Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, e a imagem mediática criada pelo seu relacionamento com os portugueses, bem como a mediação desse mesmo relacionamento. Não será esquecido o impacto internacional dessa política em situações de crise, principalmente em contraste com a atuação do atual Presidente dos Estados Unidos da América."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Presidentes e Efeitos Políticos

Moderador: Carlos Jalali (GOVCOPP - Universidade de Aveiro)

Título da Comunicação: *Marcelo, um Presidente da República que faz do centro um lugar nómada*

Autoras: Paula do Espírito Santo (CAPP/ISCSP – Universidade de Lisboa) e Felisbela Lopes (CECS – Universidade do Minho)

Resumo

"O 20º Presidente da República Portuguesa inaugurou, em Março de 2016, um mandato distintivo na forma como se relaciona com os poderes que a Constituição lhe confere, no diálogo que mantém com os outros órgãos de soberania e na construção da sua agenda pública (mediática). Esticando em permanência um semipresidencialismo que a Lei Fundamental impõe, este PR torna o discurso noticioso flutuante nos temas que destaca, nos lugares que mediatiza, nos interlocutores que ouve. Na linha de estudos anteriores (Hopmann et al., 2009; Mortensen, Green-Pedersen e Thesen, 2015) e na sequência de estudo sobre a mediatização dos primeiros 100 dias do Governo de António Costa (Lopes, Espírito Santo, 2016) esta contribuição procura perceber de que modo os jornalistas mediatizam o trabalho do Presidente.

Em termos metodológicos recolhemos todos os artigos publicados nos jornais generalistas portugueses (Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Correio da Manhã e Público) durante o primeiro ano e meio de mandato. Trabalhando com um corpus de 908 textos noticiosos, procuraremos, em cada um, identificar os temas, os lugares e as fontes usadas. Como resultados esperados procurar-se-á caracterizar o tipo de espaço público mediático que o presidente da República reconstruiu no primeiro ano em Belém."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Presidentes e Efeitos Políticos

Moderador: Carlos Jalali (GOVCOPP - Universidade de Aveiro)

Título da Comunicação: *“Castelo”*: do *“semi-presidencialismo de assembleia”* ao *“co-governo”*?

Autor: Rui Graça Feijó (CES – Universidade de Coimbra; IHC – Universidade Nova de Lisboa)

Resumo

"Quando se formou o executivo de António Costa, baseado numa convergência parlamentar de esquerda que não merecia a concordância do então PR Cavaco Silva, António de Araújo sugeriu que estaríamos a entrar numa nova fase do sistema político português a que chamou de “semi-presidencialismo de assembleia” para vincar a importância do Parlamento na formação e manutenção dos executivos. Dois anos mais tarde, no importante discurso de 17 de Outubro de 2017, o novo presidente tornou claro o seu entendimento dos poderes presidenciais, que muitos observadores consideraram estar nos limites da prescrição constitucional. Pelo meio, fica um período em que um comentador viu surgir a figura de “Costelo” – uma simbiose de Costa e Marcelo – e que, em certa medida, podia ser entendida como uma forma de “co-governança” que o citado discurso acentuou. A comunicação proposta admite que o nosso sistema de governo pode ser caracterizado pela sua flexibilidade e capacidade plástica de absorver movimentos pendulares de “presidencialização” e “parlamentarização”, procurando nesse contexto descortinar os mecanismos que tornaram possível, num curto espaço, que duas posições antagónicas quanto ao papel do PR no sistema de governo se afirmassem no espaço público."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Presidentes e Efeitos Políticos

Moderador: Carlos Jalali (GOVCOPP - Universidade de Aveiro)

Título da Comunicação: *Framing Politicians: The Effects of Exposure to Fictional Political Dramas*

Autor: João Moniz (GOVCOPP – Universidade de Aveiro)

Resumo

Um dos desenvolvimentos mais interessantes no panorama político contemporâneo é a articulação entre a política e o entretenimento. Utilizando uma metodologia experimental, esta dissertação pretende estudar os efeitos de exposição a dramas de ficção política na eficácia política, atitudes para com os partidos e confiança em instituições políticas na audiência. Foi possível confirmar parcialmente quatro das nossas seis hipóteses. Estabelecemos uma relação entre exposição a dramas de ficção política e mudança de atitudes políticas sendo que a exposição a este tipo de entretenimento político sortiu maiores efeitos ao nível da eficácia externa dos participantes da experiência.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

**O Nexo Segurança Interna-Externa: Dinâmicas Nacionais, Bilaterais e Multilaterais em Resposta às
Ameaças**

Moderadora: Ana Paula Brandão

Comentador: José António Palmeira

Título da Comunicação: *O nexos segurança interna-externa na luta contra o crime organizado transnacional: a coordenação entre o nível europeu e nacional*

Autora: Helena Mota Fernandes (Universidade do Minho)

Resumo

Na União Europeia assiste-se à proliferação de ameaças transfronteiriças que, pelos seus contornos e consequências para os Estados, sociedade civil e economia, exigem a articulação entre instrumentos europeus e nacionais. Uma destas ameaças é o crime organizado transnacional sendo que a comunicação incidirá especificamente sobre o tráfico de drogas. Portugal, integrando um dos mais relevantes hotspots da União Europeia – a Península Ibérica –, representa um ponto de entrada e trânsito de substâncias ilícitas oriundas do norte de África e do continente sul-americano, cujo destino final são Estados-Membros da UE. Há uma série de fatores facilitadores destas dinâmicas, que decorrem, por um lado, desta natureza globalizada e modernizada que qualifica atualmente as nossas interações e, por outro, de características singulares do nosso país. Com o Tratado de Lisboa há a confirmação da extensão do método comunitário ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, representando este a melhor forma de levar a cabo a tarefa de colocar em rede os corpos de polícia, magistrados e os ministérios da justiça e administração interna dos Estados-Membros. É considerando tudo isto que procuramos analisar o desenvolvimento desta articulação nacional-comunitária na luta contra o tráfico de drogas em Portugal.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

O Nexo Segurança Interna-Externa: Dinâmicas Nacionais, Bilaterais e Multilaterais em Resposta às Ameaças

Moderadora: Ana Paula Brandão

Comentador: José António Palmeira

Título da Comunicação: *Externalização da segurança interna e a dimensão interna da segurança internacional*

Autor: Pedro Duarte da Graça (GNR)

Resumo

"O paradigma realista vestefaliano, assente no Estado e na geografia das fronteiras, suportado pelo poder militar, fundamentou ao longo dos anos a separação entre o que é a segurança interna e a segurança externa. A segurança interna, estava a cargo das Forças e Serviços de Segurança, o campo de ação era a manutenção da ordem pública, a aplicação da lei e a repressão criminal, era uma preocupação, mas não uma questão de sobrevivência. Por seu lado, a segurança externa, cuja responsabilidade era atribuída às Forças Armadas, focada no fenómeno da guerra e na dissuasão, esta sim, era a questão central. Atendendo às profundas alterações no ambiente de segurança, dificultadas pela antiga distinção entre a segurança interna e a segurança externa, conjugado com a falta de resiliência dos Estados e respetivas sociedades, a Estratégia Global da União Europeia apresenta como objetivo criar uma União Europeia mais forte internamente, continuando a atuar através da PCSD na senda internacional. Este nexos interno/externo potencia a transformação vertical política, entre a coordenação interna e a cooperação externa."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

**O Nexo Segurança Interna-Externa: Dinâmicas Nacionais, Bilaterais e Multilaterais em Resposta às
Ameaças**

Moderadora: Ana Paula Brandão

Comentador: José António Palmeira

Título da Comunicação: *Vigilância e controlo em espaço marítimo: a cooperação luso-espanhola no âmbito da União Europeia*

Autor: Rafael García Pérez (Universidade de Santiago de Compostela)

Resumo

España aborda un proceso de renovación de sus documentos estratégicos para adaptarlos a las definiciones adoptadas por la Unión Europea y la OTAN. En este contexto, la Estrategia de Seguridad Marítima Nacional será reformulada para corregir carencias y mejorar la operatividad de los órganos encargados de su mantenimiento. La comunicación analiza las áreas de colaboración y coordinación entre España y Portugal en esta materia.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

**O Nexo Segurança Interna-Externa: Dinâmicas Nacionais, Bilaterais e Multilaterais em Resposta às
Ameaças**

Moderadora: Ana Paula Brandão

Comentador: José António Palmeira

Título da Comunicação: A contra-radicalização em França e a necessidade de controlar a interdependência entre segurança interna e externa

Autora: Verónica Martins (Centre for Geopolitics and Security in Realism Studies, Londres)

Resumo

"A comunicação centra-se na análise dos discursos e das práticas do governo francês no período 2012-2017 em matéria de prevenção contra a radicalização no âmbito do terrorismo islâmico. Através da abordagem dos estudos críticos da segurança, a análise pretende pôr em evidência o "nexo de segurança interna-externa" presente no discurso político securitizador e as medidas tomadas contra-terrorismo. A França foi poupada pelo terrorismo islâmico desde meados dos anos 1990, porém nestes últimos cinco anos, foi repetidas vezes alvo de atentados no seu território e contra os seus interesses e nacionais no estrangeiro. O discurso político sublinha a ameaça que constitui a radicalização cuja expressão mais temida é a passagem ao ato terrorista, ameaça política contra a segurança e estabilidade do Estado, mas principalmente contra a identidade, valores e modo de vida da sociedade francesa. Evidencia igualmente a porosidade das fronteiras e, por conseguinte, a interdependência entre segurança nacional e carácter globalizado da propaganda terrorista. Neste sentido, daremos particular atenção às questões de formação dos imãs que exercem em França e da partida e regresso dos combatentes terroristas. Com mais de 15000 casos assinalados de radicalização, a França esforça-se por desenvolver uma estratégia global tanto plano doméstico como na cooperação internacional."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

**O Nexo Segurança Interna-Externa: Dinâmicas Nacionais, Bilaterais e Multilaterais em Resposta às
Ameaças**

Moderadora: Ana Paula Brandão

Comentador: José António Palmeira

Título da Comunicação: *O Estado-vigilância britânico: novas tendências democráticas e o (des)respeito por direitos e liberdades civis*

Autora: Romana Oliveira Pinhal (Universidade do Minho)

Resumo

O terrorismo coloca uma das mais sérias ameaças à segurança do Reino Unido. Face à ameaça terrorista o governo britânico tem, nos últimos anos, adotado várias medidas a fim de combater o terrorismo. Um dos mais importantes deveres de um Estado passa por proteger os seus cidadãos das ameaças à sua segurança. No entanto, o que se tem verificado é que o seu dever de proteger pode colocar em causa o respeito por direitos e liberdades civis. No Reino Unido temos vindo a assistir ao surgimento de um Estado vigilante que, favorecido pelo progresso tecnológico, tem total controlo sobre vários aspetos do quotidiano dos seus cidadãos. À medida que a privacidade deixa de ser valorizada como um direito fundamental, o Estado aumenta o seu poder e o seu controlo sobre a população. O Estado vigilante não só coloca sérias restrições ao pleno usufruto das liberdades dos seus cidadãos, como também coloca em causa os princípios de um Estado democrático. A presente comunicação tem como objetivo a análise das novas tendências do atual Estado democrático através do estudo da ambiguidade performativa do governo britânico.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Imigração no sul da Europa: politização e políticas

Moderador: José Santana Pereira

Título da Comunicação: *The emergence of pro-immigrant and anti-immigrant groups: an analysis of the Political Opportunities Structure in Portugal*

Autora: Mariana Carmo Duarte (CIES – Instituto Universitário de Lisboa)

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Imigração no sul da Europa: politização e políticas

Moderador: José Santana Pereira

Título da Comunicação: *The Political Inclusion of Immigrants in Portugal – the POS's polarization of meanings through the agency's signification-attribution readings*

Autoras: Isabel Estrada Carvalhais (CICP/EEG – Universidade do Minho) e Catarina Reis Oliveira (Observatório das Migrações)

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Imigração no sul da Europa: politização e políticas

Moderador: José Santana Pereira

Título da Comunicação: *O (re)despertar das “nações sem Estado” no seio da União Europeia e a dialética da pós-modernidade*

Autores: F. Marina Azevedo Leitão, Isabel Maria Freitas Valente e Carlos Eduardo Pacheco Amaral (CEIS20 – Universidade de Coimbra)

Resumo

Entre os desafios mais prementes que se deparam à Europa do nosso tempo, avulta a reemergência mais ou menos inesperada do nacionalismo das ‘pequenas nações europeias’ que, desprovidas de um ‘Estado próprio’ procuram afirmar-se ao mesmo tempo em que reivindicam a criação de novos Estados soberanos. Diante desta realidade, propomo-nos refletir sobre a União Europeia como um epítome sui generis da herança moderna e de um presente sinalizado pela globalização que arrasta consigo um processo que não deixa de desenvolver algum antagonismo. Afinal, do mesmo modo em que, dentro das coordenadas do seu espaço, se promove uma tendência para a universalidade, alargando-se os direitos de cidadania e diluindo-se as fronteiras territoriais, também se alimenta, ainda que involuntariamente, o regresso, se bem que não exclusivo, à matriz originária das identidades coletivas. A complexidade de tais fenómenos convida, pois, à reflexão e à religação dos saberes interdisciplinares a fim de melhor se compreenderem a(s) lógica(s) subjacente(s) a tais acontecimentos.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Imigração no sul da Europa: politização e políticas

Moderador: José Santana Pereira

Título da Comunicação: *Immigrants' access to Portuguese and Spanish citizenship in the XXI century: towards a convergent Iberian model?*

Autor: João Carvalho (CIES/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

Resumo

This paper compares the foreign citizens' access to full citizenship in the Iberian Peninsula. Portugal and Spain have been recurrently framed as an exceptional European immigration model. Moreover, the convergence thesis suggests that the policies of most industrialized nations will become increasingly identical, especially at the regional level. Drawing from a qualitative comparative analysis, this paper examines the extent to which the Portuguese and Spanish citizenship laws converged into a common and exceptional 'Iberian model' in the XXI century. The two countries' citizenship regimes will be examined according to the tripartite framework proposed by Castles and Miller (1998), alongside their impact on the patterns of naturalization in the two countries. A range of hypotheses is tested to explain the divergences identified among the citizenship regimes of the two selected cases studies.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Temas Políticos em Portugal

Moderador: Rui Graça Feijó

Título da Comunicação: *Let's talk about...Political Science. Political Science in Portuguese secondary education*

Autoras: Diana Antunes Marques e Michelle Macêdo (Universidade de Aveiro)

Resumo

"In recent years, politicians and academics have become increasingly concerned about the rise in political disengagement, a trend that has been particularly marked in younger cohorts. In parallel, one of the most well established findings in the political behaviour literature is the positive relationship between education and greater political knowledge, and higher levels of political participation. Although there are different ways schools can help restore the linkages between citizens and the political system, introducing Political Science as part of the secondary Portuguese curriculum was expected to increase the magnitude of early political learning. While formally introduced in 2006 as part of a list of non-compulsory subjects, no studies have been able to trace the evolution of political science in Portuguese secondary schools.

This article targets two interrelated research objectives. As a first contribution, this work presents data regarding the supply of Political Science subject, over the past ten years, in (164) private and (493) public schools. Its second and most innovative contribution pertains to an overview of school managers' perspectives as to the functioning, the goals and the political science programme. Empirically, this study draws on official data; a survey applied to all Portuguese secondary schools and semi-structured interviews with managers and teachers of political science."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Temas Políticos em Portugal

Moderador: Rui Graça Feijó

Título da Comunicação: *Legitimising Austerity: Portugal 2008-2016*

Autores: Dima Mohammed (IFILNOVA – Universidade Nova de Lisboa), Adam Standing (IPRI – Universidade Nova de Lisboa) e Ânia Ataíde (IFILNOVA – Universidade Nova de Lisboa)

Resumo

This paper examines how politicians sought to legitimise austerity to their publics during and after the financial crisis of 2008. In particular, we seek to understand whether a strategic change in legitimisation strategies occurred in the aftermath of the peak crisis in Portugal. While the de-politicisation of austerity from those parties involved in its implementation is to be expected, we might also anticipate whereby parties in opposition would seek to (re-)politicise austerity. When those in opposition come into government, does their discourse change to the same extent as policy changed? We examine the parliamentary discourse (of the prime minister) in order to characterise the legitimisation process during the crisis period (2008-2014) and if or how this legitimisation process changed after that (2014-2016). The analysis is a combination of quantitative and qualitative methods in two steps. First, using quantitative text mining techniques, we identify broad discursive trends (e.g. word frequencies, term associations, clustering ... etc) that guide the subsequent qualitative investigation towards areas of particular analytical interest. Second, we use tools and concept of argumentation theory (van Eemeren & Grootendorst 2004; Lewinski & Mohammed, 2016) in order to qualitatively characterise the argumentative techniques used to de- or re-politicise austerity measures.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Temas Políticos em Portugal

Moderador: Rui Graça Feijó

Título da Comunicação: *O discurso democrático da austeridade*

Autor: Jonas Van Vossole (CES – Universidade de Coimbra)

Resumo

Este trabalho foca na forma como as políticas de austeridade no período 2011-2015 era democraticamente legitimado. Para tal faz uma Análise Crítica de Discurso das entrevistas feitas especificamente para esta investigação com vários altos responsáveis do governo e da Troika. Neste trabalho observamos como as políticas de austeridade são legitimadas de um ponto de vista democrático, e como o "significante vazio" da democracia é definida numa forma específica.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Temas Políticos em Portugal

Moderador: Rui Graça Feijó

Título da Comunicação: *E afinal o que fazem os partidos pelos emigrantes portugueses? A atividade parlamentar e a emigração em Portugal entre 1985-2015*

Autoras: Ivânia Simões da Silva, Patrícia Silva e Cristina Gomes (Universidade de Aveiro)

Resumo

"O fenómeno da emigração é uma constante da realidade portuguesa. Em 2010, Portugal situava-se entre os países europeus com maior incidência do fenómeno. Embora as suas causas e consequências tenham sido amplamente documentadas na literatura existente, escassa atenção tem sido dedicada à atividade parlamentar sobre a emigração. A emigração, para além de ser um tema político, é igualmente uma fonte de apoio político necessária para que os partidos possam eleger deputados e governar.

Este artigo propõe-se analisar a evolução da atividade parlamentar dos partidos com assento parlamentar entre 1985 e 2015. A análise de conteúdo incidiu sobre a atividade parlamentar controlada pelos partidos (iniciativas legislativas) e a atividade não controlada (perguntas e requerimentos ao governo). Pretendeu-se conhecer não apenas a saliência do tema para os partidos; mas também o enfoque temático da atividade parlamentar, distinguindo entre as dimensões sociais, políticas, económicas e aspetos relacionados com o retorno dos emigrantes.

Em geral, o tema da emigração não é saliente em termos da atividade parlamentar, durante o período considerado. A dimensão política tende a ser aquela que maior destaque recebe. Os partidos de esquerda tendem a destacar mais as questões sociais, enquanto os partidos da direita parlamentar focam mais a dimensão política."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Temas Políticos em Portugal

Moderador: Rui Graça Feijó

Título da Comunicação: *O CDS e a Democracia Cristã: uma reinterpretação à luz do contexto histórico da democratização portuguesa*

Autor: André Paris (ICS – Universidade de Lisboa)

Resumo

A presente comunicação procura analisar a relação entre o CDS e a democracia cristã à luz do contexto histórico da democratização portuguesa. Como na maioria dos países europeus da terceira vaga de democratização, não surgiu em Portugal nenhum partido democrata-cristão próximo do modelo partidário que caracterizou a democracia cristã do pós-guerra. O timing tardio e o contexto histórico em que decorre a transição para a democracia em Portugal, como procuramos evidenciar nesta comunicação, impossibilitavam que o CDS (ou qualquer outro partido) reproduzisse esse modelo. Mas, por outro lado, esse contexto assume também um papel determinante na definição da identidade política e ideológica do CDS. Procuramos demonstrar a forma como a dinâmica do processo revolucionário, ao impossibilitar a concretização do centrismo fundacional e ao motivar a entrada do CDS para a UEDC, constitui o factor crucial na adopção da democracia cristã como quadro de referência do CDS. Um dado importante se tivermos em consideração a indefinição política e ideológica que marca os primeiros meses da sua existência. É o deslocamento do CDS para a direita e a sua entrada para a UEDC que, paulatinamente, relegam o centrismo para um método de fazer política, ajudando à clarificação do posicionamento e da identidade política do partido.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Brexit: a new phase for European integration

Moderadora: Marina Costa Lobo

Comentador: Paulo Vila Maior

Título da Comunicação: *Making the EU club more cohesive and effective after Brexit*

Autores: Annette Bongardt e Francisco Torres (London School of Economics and Political Science)

Resumo

For the EU, Brexit marks a qualitative change in the nature of European integration. It has opened the door for permanently discontent member states and also for other outliers to leave the club, which as we argue is a positive development, as it requires member states to contribute to the common good and be committed to shared values. Brexit has the potential to turn the EU more homogeneous in terms of preferences and allow EMU to function better by some accounts. For instance, the departure of the UK opens up the perspective that financial regulation in the single market can be better geared towards the Eurozone's public good of financial stability, thereby reinforcing the economic union in a crucial area for the monetary union. Without UK opposition it might also prove easier to bring intergovernmental economic agreements within the Community framework at some stage. We also argue that the EU can only work and deliver if it is cohesive, that is, if it manages to build a strong political core around a common currency and common external borders (the Eurozone and Schengen) to which differentiated integration can be anchored.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Brexit: a new phase for European integration

Moderadora: Marina Costa Lobo

Comentador: Paulo Vila Maior

Título da Comunicação: *“Brexit” ou do “Breversal”? A Reversibilidade do Processo de Secessão de Estados-membros na União Europeia*

Autor: Francisco Pereira Coutinho (FDUNL – Universidade Nova de Lisboa)

Resumo

Esta comunicação debruça-se sobre a admissibilidade da reversão do processo de secessão iniciado por um Estado-Membro ao abrigo do art. 50.º do Tratado da União Europeia. Para o efeito aborda a origem e analisa o direito de secessão consagrado no Tratado de Lisboa, sob o pano de fundo do atual processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Conclui que o art. 50.º deve ser interpretado no sentido de que, durante a fase de negociação do acordo de saída, um Estado-Membro pode interromper o processo de secessão revogando a notificação em que comunicou ao Conselho Europeu a intenção de abandonar a União Europeia.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Brexit: a new phase for European integration

Moderadora: Marina Costa Lobo

Comentador: Paulo Vila Maior

Título da Comunicação: *O Reino Unido e a Alemanha após o “Brexit”: as trajetórias inversas de duas potências europeias*

Autora: Patrícia Daehnhardt (IPRI – Universidade Nova de Lisboa; Universidade Lusíada)

Resumo

The Brexit vote, the departure of the United Kingdom from the European Union, marked a political earthquake in the history of European integration. Brexit will set opposite trajectories for two European powers: Germany, engaged in maintaining its commitments in the European project and in the Atlantic Alliance; the United Kingdom, which remains in the Atlantic Alliance but opposes the European political and institutional deepening, will eventually disassociate itself from the European Union. Germany’s trajectory of European assertion corresponds, conversely, to the trajectory of UK’s European retreat. While the United Kingdom opts for its withdrawal from the European stage, with international repercussions, Germany finds itself in the position of a ‘power of the middle’, as leader of a disjointed European Union, in a reversal of roles suggesting a less reluctant Germany in its international role and a United Kingdom in retreat. This paradox produces an imbalance in relations between European states. The article articulates different readings of German and British foreign and defense policies, and how Berlin and London can position themselves to cushion the effects of the crisis in post-Brexit Europe.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Institutional performance and democratic innovation in local government

Moderador: Luís de Sousa (ICS – Universidade de Lisboa)

Comentador: Filipe Teles

Título da Comunicação: *An institutional analysis of the quality of local democracy: the case of Portugal*

Autores: Luís de Sousa (ICS – Universidade de Lisboa), Daniel Fernandes (GOVCOPP – Universidade de Aveiro) e Nuno Ferreira da Cruz (LSE Cities – London School of Economics and Political Science)

Resumo

In recent years, there have been various attempts to assess the quality(ies) of democracy across countries displaying different degrees of consolidation. Other than being a disputed concept, democracy is a process in constant redefinition, hence the need to establish valid, meaningful and reliable ways to measure and assess democratic progress is quintessential to both decision-makers and citizens at large to evaluate in which direction their democracy is evolving (Diamond and Morlino 2005; O'Donnell 2005, Schmitter 2005). However, much of the literature on the quality of democracy (Altman and Pérez-Liñán 2002; Andreev 2003, 2005; Morlino 2006; Berg-Schlosser 2006) focuses on the national level. There has been little systematic theoretical work and empirical comparative research on the quality of democracy at the local level (Geissel 2008). This constitutes an important gap in trying to understand how democracy works from below. This paper proposes a composite index for the measurement of QoLD across the 308 Portuguese municipalities by focusing on three institutional dimensions of democratic performance: governability, pluralism and accountability.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Institutional performance and democratic innovation in local government

Moderador: Luís de Sousa (ICS – Universidade de Lisboa)

Comentador: Filipe Teles

Título da Comunicação: *Transparency, Policy Outcomes and Public Support*

Autores: Luís Aguiar-Conraria (Universidade do Minho), Pedro Magalhães (ICS – Universidade de Lisboa) e Francisco Veiga (Universidade do Minho)

Resumo

We propose that transparency in governance moderates the effect of policy outcomes in public support. After discussing the implications of transparency in terms of increasing perceptions of procedural fairness and addressing informational incompleteness, we show, using local elections results, economic and fiscal data, and a municipal transparency index in Portugal, that short-run economic outcomes, tangible local expenditures, and deficit spending only increase support for incumbent in low transparency municipalities. Instead, in high transparency ones, voters seem to be more sensitive to outcomes whose benefits are mostly felt in the long-run, such as broad educational improvements.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Institutional performance and democratic innovation in local government

Moderador: Luís de Sousa (ICS – Universidade de Lisboa)

Comentador: Filipe Teles

Título da Comunicação: *Do mayoral term limits influence public spending in local authorities? – The case of Portugal*

Autores: Juliana Freitas (GOVCOPP – Universidade de Aveiro), Luís de Sousa (ICS – Universidade de Lisboa) e João Marques (GOVCOPP – Universidade de Aveiro)

Resumo

The application of Law 46/2005 of 29 August, establishing term limits to Portuguese Mayors, entered into force on January 1, 2006, being applied for the first during the elections held on 29 September 2013. Although the literature in the field has largely addressed the political consequences of term limits, more research is needed regarding the policy impact of these electoral impediments in particular regarding public spending. Taking stock of the existing literature, we propose an analysis on the impact term limits can exert in the incumbent's public spending decisions in local government by focusing on Portuguese municipalities.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Institutional performance and democratic innovation in local government

Moderador: Luís de Sousa (ICS – Universidade de Lisboa)

Comentador: Filipe Teles

Título da Comunicação: *O Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais Portuguesas – Uma abordagem jurídica*

Autor: Luís Almeida (FDUL – Universidade de Lisboa)

Resumo

A ordem jurídica portuguesa é uma das poucas no mundo que, no plano das Autarquias Locais, adopta um modelo em que a par da consagração constitucional de um direito da oposição existe um desenvolvimento por via de um lei ordinária especificamente dedicada a este aspecto (Lei n.º 24/98, de 26 de Maio). No entanto, este é um tema que não tem merecido a atenção devida por parte das ciências jurídicas, não obstante a importância crucial que tem para a democracia local e das dificuldades práticas de aplicação que a Lei n.º 24/98, de 26 de Maio levanta no plano das Autarquias Locais. O presente artigo analisa de forma aprofundada e através de uma abordagem jurídica o referido diploma legal e as soluções nele consagradas, dedicando especial atenção ao relatório de avaliação do grau de observância do estatuto do direito de oposição aplicável às autarquias.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Intervenção Humanitária, R2P e Assistência em Situações de Ameaça

Moderadora: Sandra Fernandes

Título da Comunicação: Multilateralismo, unilateralismo e legitimidade para intervir

Autores: Vítor Ramon Fernandes (CLIPIS – Universidade Lusíada) e António Horta Fernandes (CHAM/FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

Resumo

O artigo apresenta uma análise sobre intervenção humanitária e a doutrina da Responsabilidade de Proteger em termos dos principais argumentos em redor da controvérsia sobre as intervenções militares unilaterais versus multilaterais. Partindo da literatura que aborda este debate, o presente artigo identifica os principais elementos que dão suporte à ideia de que, apesar de existirem boas razões para legitimar intervenções unilaterais em casos muito específicos, esse tipo de intervenções deve manter-se excecional. O argumento principal é que, as intervenções multilaterais são a melhor opção para, simultaneamente, acautelar a necessidade de proteger populações ameaçadas por atrocidades e preservar a paz e a segurança internacionais. As autorizações multilaterais reduzem o risco de surgirem e escalarem conflitos entre Estados, em particular entre as maiores potências. Para além disso, reduzem a possibilidade de o 'argumento humanitário' ser utilizado para intervir com agendas diferentes e em benefício próprio. Depois, reduzem também os riscos de intervenção humanitária abusiva. Adicionalmente, fomentam mais colaboração para a necessidade de acautelar situações pós-conflito e processos de construção da paz com sucesso. E, para terminar, promovem a disseminação de normas relativas a direitos humanos de forma mais eficiente, muito particularmente, entre Estados não liberais.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Intervenção Humanitária, R2P e Assistência em Situações de Ameaça

Moderadora: Sandra Fernandes

Título da Comunicação: *Que consequências para a Responsabilidade de Proteger após a intervenção na Líbia e inação na Síria?*

Autores: Susana Rogeiro Nina (ICS – Universidade de Lisboa) e Guilherme Marques Pedro (Uppsala University)

Resumo

Desde o final da guerra fria que a defesa dos direitos humanos assumiu maior relevância. Independentemente do carácter absoluto do conceito de soberania concedido pela tradição vestefaliana, a comunidade internacional já não pode ficar indiferente a violações maciças de direitos humanos por parte de um Estado sobre a sua própria população. Neste sentido, a ONU arroga a si a competência de empreender ações contra esses Estados através da intervenção humanitária. Contudo, tais ações têm suscitado controvérsia na comunidade internacional, por colidirem com o conceito de soberania vestefaliano e ameaçarem o poder dos Estados na ordem internacional. Procura-se, assim, uma nova abordagem que inverta ónus do problema, emergindo a Responsabilidade de Proteger (R2P) que coloca o exercício da soberania numa lógica de soberania responsável. Apesar de ter conseguido contornar a questão da soberania estatal, também tem sido alvo de críticas, nomeadamente pelo seu carácter demasiado amplo, com margem a uso seletivo e politizado do conceito. A intervenção na Líbia e a inação da Síria constituem um exemplo claro das dificuldades da sua implementação. Do mesmo modo, a ascensão da China e da Rússia e a sua crescente influência geopolítica ilustram a redefinição de poder que a comunidade internacional agora enfrenta.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Intervenção Humanitária, R2P e Assistência em Situações de Ameaça

Moderadora: Sandra Fernandes

Título da Comunicação: *O papel das ONG e a “Responsabilidade de Proteger” em situação de ameaça ambiental*

Autora: Brígida Rocha Brito (OBSERVARE – Universidade Autónoma de Lisboa)

Resumo

"Ao longo das últimas décadas, os eventos naturais extremos que ameaçam a sustentabilidade da vida humana a nível mundial aumentaram. Este facto refletiu-se na valorização da consciência sócio ambiental por parte dos atores que assumem, de forma convencional, a Responsabilidade de Proteger (RdP), mas também dos atores não-estatais que cada vez mais intervêm no terreno junto de populações vulneráveis e afetadas por riscos ambientais: organizações internacionais e Organizações Não Governamentais (ONG).

A pertinência da RdP é habitualmente considerada nas situações em que as populações sofrem agressões que atentam contra a vida (conflitos, perseguições, genocídio e crimes de guerra). Contudo, os eventos naturais extremos decorrentes de alterações climáticas e movimentos geofísicos têm promovido a deslocação de pessoas, aparentemente temporária, mas indefinida no tempo, marcada pela incerteza e insegurança. Estes processos são assim objeto de enquadramento pelo conceito de RdP. A RdP garantida por atores não-estatais pode ser entendida como uma ameaça à soberania nacional, mas face à ausência de uma intervenção eficaz da proteção das pessoas que sofrem este tipo de ameaças, os modelos alternativos têm sido reforçados. Seguindo a apresentação de alguns casos exemplificativos da ação não estatal em contexto africano e latino-americano, pretende-se discutir esta forma de atuação."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Intervenção Humanitária, R2P e Assistência em Situações de Ameaça

Moderadora: Sandra Fernandes

Título da Comunicação: *Passado, presente e futuro da “Responsabilidade de Proteger”:* um percurso atribulado

Autor: Vítor Ramon Fernandes (CLIPIS – Universidade Lusíada)

Resumo

O artigo revê a temática da ‘Responsabilidade de Proteger’ em termos do que tem sido a sua evolução e do que se pode esperar em relação ao seu futuro, tendo em consideração, simultaneamente, a necessidade de proteger populações vítimas de determinado tipo de agressões e a necessidade de preservar a ordem internacional. O artigo analisa também as principais críticas de que esta doutrina tem sido alvo, alguns dos seus impactos na comunidade internacional e, significativamente, algumas das dificuldades que têm surgido no seu desenvolvimento. São também analisados alguns dos principais riscos e incertezas que pesam sobre o seu futuro, particularmente considerando que um conjunto de países emergentes discordantes da ordem liberal ocidental pretende ter uma participação mais ativa nos assuntos internacionais. O argumento fundamental é que, o futuro desta doutrina deverá continuar a ser conturbado e que, para que ocorra uma evolução favorável, será necessário que, por um lado, exista uma cooperação multilateral genuína por parte dos membros do Conselho de Segurança da ONU, para acautelar as alterações que se estão a operar na ordem internacional e, por outro, os Estados considerem este tipo de crimes como uma questão essencial de segurança internacional e parte integrante dos seus interesses.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Eleições Europeias em Mudança: As eleições de segunda ordem antes e depois da crise

Moderador: Carlos Jalali (GOVCOPP – Universidade de Aveiro)

Comentadora: Paula do Espírito Santo (ISCS – Universidade de Lisboa)

Título da Comunicação: *Synchronicity?: Contrasting first- and second – order partisan strategies*

Autores: Patrícia Silva (GOVCOPP – Universidade de Aveiro) e Tiago Silva (UNU - eGov)

Resumo

"EP elections are widely regarded as 'second-order elections'. This resilient interpretation makes several assumptions about voting behaviour. Moreover, research has posited that the success of parties in SOEs depends on their size or the government's position, and on the image they are able to project to their voters. Although parties' strategic moves are frequently mediated by traditional media, parties are increasingly using more alternative communication strategies, such as the use of Social Media, to bypass traditional media and communicate directly to their electorate.

This article seeks to analyse parties' communication strategies, by addressing two interrelated objectives. First, it assesses the extent to which parties' usage of SNS and patterns of interaction with users are different in FOE and SOE. Second, it analyses the extent to which fringe parties use SNS more actively in SOE, as a platform to increase visibility at national level. Third, it addresses the extent to which parties' activities are different depending on the timing of the EP contest within the first-order electoral cycle. Empirically, this article draws on a dataset of Facebook publications of 124 political parties running for the 2014 European Elections and data for the national elections before and after the 2014 EP elections."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Eleições Europeias em Mudança: As eleições de segunda ordem antes e depois da crise

Moderador: Carlos Jalali (GOVCOPP – Universidade de Aveiro)

Comentadora: Paula do Espírito Santo (ISCSP – Universidade de Lisboa)

Título da Comunicação: *O debate entre os spitzenkandidaten nas europeias de 2014: Um teste experimental de efeitos de priming*

Autores: José Santana Pereira (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa) e João Moniz (GOVCOPP – Universidade de Aveiro)

Resumo

"Nas eleições europeias da primavera de 2014, apareceram pela primeira vez na história das eleições directas para o Parlamento Europeu os spitzenkandidaten, potenciais candidatos à liderança da Comissão Europeia. Entre outras actividades de campanha, estes candidatos participaram em debates transmitidos em vários países da União Europeia através do sistema Eurovision. Neste artigo, utilizando dados quasi-experimentais recolhidos durante a transmissão de um destes debates em 24 Estados-membros, pretendemos dar resposta às seguintes perguntas: será que a exposição ao debate fez com que as opiniões dos participantes a respeito destes candidatos se tornassem factores mais importantes da sua probabilidade de participação nas eleições e das suas escolhas eleitorais? Se sim, isto aconteceu apenas nos países de onde os candidatos eram originários ou é um processo observável em toda a Europa? Em segundo lugar, em que medida foram as atitudes em relação aos spitzenkandidaten moldadas pelos critérios tornados salientes pela prestação dos candidatos no debate? Através da análise do impacto das avaliações dos spitzenkandidaten nas intenções de voto, e do impacto de critérios específicos na avaliação geral dos candidatos antes e depois da exposição, pretendemos lançar luz sobre até que ponto é que este debate foi capaz de tornar mais salientes e relevantes determinadas características destes líderes, bem como a sua própria figura, junto dos espectadores."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Eleições Europeias em Mudança: As eleições de segunda ordem antes e depois da crise

Moderador: Carlos Jalali (GOVCOPP – Universidade de Aveiro)

Comentadora: Paula do Espírito Santo (ISCSPP – Universidade de Lisboa)

Título da Comunicação: *Quem ignora a Europa? Campanhas partidárias e cobertura mediática nas eleições europeias de 2009*

Autor: Carlos Jalali (GOVCOPP – Universidade de Aveiro)

Resumo

"As eleições para o Parlamento Europeu (PE) - especialmente até 2009 - foram descritas como representando o arquétipo de eleições de segunda ordem. Este modelo gera expectativas em termos de campanhas partidárias e cobertura dos media destas campanhas. Assim, os partidos são vistos como tendo contribuído para tornar as eleições europeias em eleições nacionais de segunda ordem (Marsh, 1998); e os estudos sobre a cobertura mediática das eleições para o PE tendem a identificar um padrão de maior enfoque em questões domésticas.

No entanto, enquanto ambas as partes são vistas como contribuindo para que as eleições do PE se tornem "eleições nacionais de segunda ordem", seu papel exato neste processo ainda não foi totalmente examinado.

Esta comunicação visa examinar esta questão, avaliando se a cobertura dos media atua como um mero 'mensageiro' das campanhas partidárias; ou se o 'mensageiro conta', com a cobertura mediática das campanhas para o PE a enfatizar as questões nacionais mais do que as campanhas partidárias.

Avaliamos essas questões através dos dados gerados pela análise de conteúdo de materiais de campanha partidária e cobertura dos media em seis países da UE: Alemanha, República Checa, Portugal, Polónia, Suécia e Espanha."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Eleições Europeias em Mudança: As eleições de segunda ordem antes e depois da crise

Moderador: Carlos Jalali (GOVCOPP – Universidade de Aveiro)

Comentadora: Paula do Espírito Santo (ISCSP – Universidade de Lisboa)

Título da Comunicação: *As campanhas nas eleições europeias: insights de um estudo experimental*

Autores: Patrício Costa (Universidade do Minho; Universidade do Porto), Rúben Silva, Filipe Falcão e Sara Alves (Universidade do Porto)

Resumo

As Eleições do Parlamento Europeu (EP) são caracterizadas como eleições nacionais de segunda ordem. Nas eleições de 2014, apenas 33,8% dos eleitores portugueses participaram neste ato eleitoral. Com o presente trabalho realizamos uma análise aos resultados de um estudo quasi-experimental com um design fatorial desenvolvido em Portugal, onde dois fatores foram explorados. Considerando que aqueles que recebem informações adicionais acerca da dimensão da integração europeia votam de acordo com esta base (Hobolt & Wittrock, 2011), apresentaram-se quatro diferentes temáticas europeias: identidade, economia, ecologia e refugiados. Além disso, os temas foram considerados com um de dois focos: um foco no impacto da Europa em Portugal; e um foco do impacto de Portugal na Europa. Foram utilizados materiais de campanha manipulados. Com este trabalho é possível testarmos a hipótese de, se ao "elevar" as eleições do Parlamento Europeu para o status de eleições "primeira ordem" com a problematização de temas transversais à Europa, aumenta o interesse e a participação dos eleitores. Em particular, testaremos quais temas e com que foco podem levar a mais atitudes pró-europeias e maior intenção de voto nas eleições parlamentares europeias.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Sessão Plenária

Keynote address: *“O novo autoritarismo e o futuro da Ciência política”* – **Professor Ricardo Soares de Oliveira** (Universidade de Oxford)

Mesa-Redonda – A Ciência Política no Ensino Secundário em Portugal

Moderador: Pedro Magalhães (ICS – Universidade de Lisboa)

Comentadores: Diana Antunes Marques e Michelle Macêdo (Universidade de Aveiro); João Cardoso Rosas (CEPS – Universidade do Minho); Maria da Graça Gomes Barbosa Castro (Escola Secundária de Caldas das Taipas, Guimarães); Patrícia Silva (Universidade de Aveiro)

Resumo

A disciplina de Ciência Política faz parte, desde 2008, do leque de opções a nível do 12º ano. Passada uma década, que balanço se pode fazer da Ciência Política no ensino secundário? Essa é a reflexão que esta mesa-redonda propôs, reunindo investigadores e docentes do ensino secundário.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Government Formation in Changing Times. Latin America, Europe and Asia

Moderador: Pedro Silveira

Comentador: André Paris e Antonino Castaldo

Título da Comunicação: *Expertise and Specialism in Spanish ministerial Elite 1977-2017*

Autor: Juan Rodriguez Teruel (Universidad de Valencia)

Resumo

This paper focuses on the appointment of experts and specialist ministers in Spain, which is a major example of one-party cabinet with highly personalization of executive powers and increasing cabinet dominance over the party. We provide empirical evidence of the fluctuation of minister partisanship and expertise over time. Very few cabinets have been formed only by party ministers while others cabinets have had a majority of non-partisan ministers. This is largely contrary to what literature has traditionally argued for parliamentary executives, by opposition to presidential and semi-presidential systems. The aim of the paper is to explain this variation at both cabinet and ministerial levels of analysis. We will pay particular attention to the role played by the party leaders and the prime minister, and whether their strategic preferences and political positions influence the ministerial recruitment process in terms of partisanship. To test this leadership effect, our analysis will control by ministers' individual features as well as by the specific political and parliamentary context.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Government Formation in Changing Times. Latin America, Europe and Asia

Moderador: Pedro Silveira

Comentador: André Paris e Antonino Castaldo

Título da Comunicação: *Party System Institutionalization and Government Formation in Asia, 1948-2017*

Autores: Don S. Lee e Fernando Casal Bertoa (University of Nottingham)

Resumo

Party system institutionalization has been recently considered to be an important condition for the survival (Casal Bertoa, 2017) and accountability of democracy (Schleiter and Voznaya, 2016). However, not much is known yet about the way in which institutionalized party systems affect the process of government formation in general, and the chief executive's choice of government ministers in particular. In this paper, we predict that as party systems become more institutionalized, there will be more ministers appointed from the chief executive's party. A more standardized and structured inter-party competition not only helps voters to choose elites in the electoral arena but also helps chief executives to choose elites in the governmental arena. We test this logic using understudied cases, 21 Asian democracies from 1948 to 2017, through a comparative analysis. Our methodological approach allows for both cross-national and within-country comparisons.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Government Formation in Changing Times. Latin America, Europe and Asia

Moderador: Pedro Silveira

Comentador: André Paris e Antonino Castaldo

Título da Comunicação: *Esquerdas em perspectiva comparada: as presidentas de Argentina, Brasil e Chile*

Autoras: Lucia Avelar (Universidade de São Paulo) e Patrícia Rangel (Universidade de São Paulo; Freie Universität Berlin)

Resumo

Esta comunicação compartilha resultados do projeto “50 anos de feminismo, avanços e desafios: Argentina, Brasil e Chile”. Consiste em comparar as políticas públicas para promoção da igualdade de gênero nos três países – escolhidos pela condição de excepcionalidade de governos conduzidos por mulheres democraticamente eleitas: Cristina Fernández de Kirchner na Argentina, Dilma Rousseff no Brasil e Michelle Bachelet no Chile. Uma característica comum entre as presidentas é que elas cresceram sob regimes ditatoriais e se associaram a movimentos ou partidos de esquerda. Dilma foi apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, como candidata para suceder Lula após oito anos de um governo de alta popularidade e crescimento econômico. Bachelet foi candidata da Concertación, frente de partidos de esquerda, cuja vitória teve alto valor simbólico para mulheres de todos os setores sociais. Cristina, em parceria com seu marido e companheiro de militância na juventude (Néstor Kirchner), formou um novo partido: a Frente para a Vitória, uma ala progressista saída do Peronismo. Perguntamos: os três países, ao elegerem mulheres de esquerda para a presidência, conseguiram avanços na implementação de políticas de igualdade de gênero? Para responder à questão, analisamos, com uma abordagem do feminismo institucionalista, as principais políticas para as mulheres e os desafios encontrados.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Government Formation in Changing Times. Latin America, Europe and Asia

Moderador: Pedro Silveira

Comentador: André Paris e Antonino Castaldo

Título da Comunicação: *Ministers' Profiles: An Open Typology*

Autor: Marcelo Camerlo (ICS – Universidade de Lisboa)

Resumo

This paper proposes a flexible and open typology of ministers' profiles. The typology integrates preceding achievements into a systematic framework to address shortcomings, such as the inconsistency between copious but dispersed data and parsimonious but rigid dichotomous categorisations. Relying on the set theory approach, the proposed typology provides criteria and tools for cooperative data gathering and analysis.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Government Formation in Changing Times. Latin America, Europe and Asia

Moderador: Pedro Silveira

Comentador: André Paris e Antonino Castaldo

Título da Comunicação: *What do we know about subnational party systems in Latin America? A comparative study of local party systems in Brazil and Argentina in the last 15 years*

Autora: Jayane Maia (ICS – Universidade de Lisboa)

Resumo

In federal countries, inter-party competition at the subnational level is a key feature, so that political parties can be considered multilevel organizations. The study aims verify the degree of institutionalization of subnational party systems in Argentina and Brazil. To what extent are party systems at the subnational level institutionalized in these countries? Moreover, what factors explain the variation in the degree of institutionalization of these systems over time? The objective will be to analyze comparatively and longitudinally the evolution and the diversity of the party systems in the Brazilian states and the Argentinean provinces. This research proposes to analyze at the subnational level, besides stability, two other dimensions of institutionalization: social rooting and party organization. Next, the variation found will be explained by socioeconomic, political and institutional factors. The elections for governor and state legislative assemblies will be analyzed between the elections of 2002 and 2014, in the case of Brazil, and between 2003 and 2015, in the case of Argentina. For understanding the dynamics of party competition in federal systems we have to pay attention to the real forces present in the political system, and these are found not only at the national level but also in local power.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Liberalismos, populismos e revolução

Moderador: André Azevedo Alves (CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Título da Comunicação: *lliberalismos em ascensão, distributivismo e novos apelos comunitaristas: o sucesso dos populismos à luz da fantasia de Tolkien*

Autores: Karim Quintino e Daniela Silva (CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Resumo

Embora J. R. R. Tolkien tenha transmitido que a sua obra deveria ser entendida apenas por aquilo que é, a grandiosidade do seu universo de fantasia ficou aberta à curiosidade e à multiplicidade de interpretações. Com esta ressalva, assumimos a ousadia de analisar o fenómeno de um dos populismos recentes à luz da filosofia que transparece de O Senhor dos Anéis e de Hobbit. Sendo assim, a comunicação tem como objetivos principais explicar e entrelaçar o sucesso do recente populismo norte-americano e em particular do “fenómeno Donald Trump” com a fantasia de Tolkien; organizar e compreender um conjunto de circunstâncias que tornam certas propostas “alternativas” aliciantes para os habitantes da Middle Earth bem como para os eleitores americanos; e entender de que forma a dicotomia Bem vs. Mal, o apelo à nostalgia e ao passado, a falência do status quo, a corrupção e purificação do poder, as ideias distributivistas e comunitaristas, o sacrifício pessoal, a interdependência de familiaridade e vizinhança, e a apologia do humilde, pequeno e honrado, estão presentes tanto no universo de Tolkien – como mote para romances de aventura e fantasia –, como no universo de Donald Trump – como modus operandi e estratégia política.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Liberalismos, populismos e revolução

Moderador: André Azevedo Alves (CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Título da Comunicação: *O politicamente correto como “parole violenta”: do discurso de libertação ao discurso de opressão*

Autora: Patrícia Fernandes (Universidade da Beira Interior)

Resumo

Na continuação do meu estudo anterior sobre o poder revolucionário da linguagem, a minha proposta passa por considerar o discurso do politicamente correto como um exemplo de “parole violenta”. Para esse efeito, começaremos por esclarecer os contornos do que poderíamos designar como filosofia da parole violenta, delineada a partir do pensamento de Wilhelm von Humboldt, pela oposição entre langue sistémica e parole individual. Nesse esquema dialético, a parole pode ser caracterizada como um discurso de resistência e libertação face a um discurso hegemónico ou dominante, representado pela langue. Quando a parole violenta se consegue impor a esse discurso, assume uma dimensão revolucionária, fazendo cair em desuso uma linguagem antiga e reformulando os termos usados no espaço público. Com o tempo, no entanto, essas metáforas inovadoras tornam-se, como assinalou Nietzsche, verdades que se assumem como convenções-padrão: o discurso revolucionário torna-se ele mesmo langue, isto é, discurso dominante, exercendo por sua vez violência ou opressão sobre outros discursos possíveis e gerando respostas de resistência. Tal processo pode ser encontrado continuamente ao longo da história. É esta grelha que pretendemos aplicar ao discurso do politicamente correto, contextualizando o seu surgimento e interpretando os mais recentes acontecimentos políticos como revelando a transformação descrita.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Liberalismos, populismos e revolução

Moderador: André Azevedo Alves (CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Título da Comunicação: *Tradição, Razão e Mudança*

Autor: Samuel de Paiva Pires (Universidade da Beira Interior; CAPP/ISCSP – Universidade de Lisboa)

Resumo

Nesta tese considera-se a relação entre tradição, razão e mudança que marca a modernidade e diversas correntes da teoria política moderna e contemporânea. Esta relação é analisada à luz das ideias de autores liberais, conservadores e comunitaristas, procurando-se contribuir para iluminar divergências e convergências entre estas teorias políticas. Desta forma, as noções de tradição, razão e mudança são abordadas colocando em diálogo as três teorias através de autores que consideramos serem representativos destas e que contribuíram significativamente para a temática em análise, nomeadamente Friedrich Hayek, Karl Popper, Michael Polanyi e Edward Shils, no que ao liberalismo diz respeito; Edmund Burke, Michael Oakeshott e Roger Scruton, por parte do conservadorismo; e Alasdair MacIntyre, no que ao comunitarismo concerne. Procura-se realizar uma interpretação, uma síntese teórica, resultante da sistematização das ideias destes autores e demonstrar que tradição e razão, na concepção do racionalismo crítico ou evolucionista não se opõem e que, na verdade, estão intrinsecamente ligadas, contrariando a tese do racionalismo construtivista de que a razão tem de rejeitar a tradição.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Liberalismos, populismos e revolução

Moderador: André Azevedo Alves (CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Título da Comunicação: *Between Scylla and Charybdis. A part of the European “populist radical right” as a “populist radical center”. The case of Marine Le Pen’s National Front*

Autor: Sergio Brea García (University of Oviedo)

Resumo

"The rise of the populist and extremist movements it's a fact. In Europe, the economic crisis, the disaffection towards the institutions of the European Union and the refugee crisis, added to the constant terrorist threat, have electorally promoted the political parties considered "populist radical right", whose speeches share common features (anti-Islamism, Euroscepticism, cultural anti-elitism, defense of "Western values", etc.), but also disparate (State/market, protectionism/liberalization, Christianity/secularization, etc.).

Our proposal will try to explain these similarities and differences, focusing attention on the double nature of this class of parties. On the one hand, they present themselves as political options comparable to the traditional ones, but, at the same time, implacably critical of them; on the other hand, they distance themselves from the possible links with fascism, but, at the same time, they assume in their speeches -although according to cases- not a few fascist ideological assumptions. In this sense, they are between the Scylla of traditional politics and the Charybdis of historical fascism. That's why we should rethink them less as political formations of a "populist radical right" than as something different: a "populist radical centre"."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

A Nova Rota da Seda chinesa: dinâmicas e desafios

Moderadora: Andrea Valente

Título da Comunicação: *O Novo Paradigma da Nova Rota da Seda: Implicações Internacionais*

Autora: Carmen Amado Mendes (FEUC – Universidade de Coimbra)

Resumo

Em Outubro de 2013, Xi Jinping anunciou a criação da “Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda para o Século XXI”, mais conhecida por “Uma Faixa, Uma Rota”. A credibilidade da China enquanto potência mundial está agora dependente da implementação deste projeto, que se tornou um dos principais objetivos de política externa e o grande desafio diplomático do Presidente chinês. Ao atravessar uma imensidão territorial do Sudeste Asiático até à Europa, incluindo áreas disputadas pelos países vizinhos, esta ambiciosa iniciativa chinesa de implicações regionais e internacionais tem atraído muita atenção. Importa sublinhar as diferentes perspetivas que emergiram à volta deste novo paradigma e ideologia e as suas limitações, bem como as suas implicações para a cooperação regional e trans-regional. Para além da dimensão política, serão analisados os aspetos económicos e comerciais, nomeadamente as redes de infraestruturas e mecanismos financeiros, com impacto nos restantes países e regiões abrangidos pela Nova Rota da Seda.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

A Nova Rota da Seda chinesa: dinâmicas e desafios

Moderadora: Andrea Valente

Título da Comunicação: *Uma Faixa Uma Rota: a Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI – O Novo Papel da China na Globalização*

Autora: Fernanda Ilhéu (ISEG – Universidade de Lisboa)

Resumo

"No Século XXI para potenciar um novo modelo de globalização a China lançou uma iniciativa muito ambiciosa Uma Faixa Uma Rota e a Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI, que foi anunciada pelo presidente Xi Jinping em 2013. De acordo com o documento "Vision and Actions in Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st Century Maritime Silk Road" que estrutura esta iniciativa e que foi emitido pela National Development and Reform Commission do Ministério do Comércio RPC "Esta iniciativa capacitará a China a expandir e aprofundar mais a sua abertura, e a fortalecer a sua cooperação mutuamente benéfica com países na Ásia, Europa e África e o resto do mundo". A cooperação no investimento e no comércio é uma tarefa prioritária na implementação deste projeto e a remoção de barreiras ao investimento e ao comércio entre países e regiões com a abertura de zonas livres de comércio são objetivos prioritários para potenciar a expansão da cooperação ao nível global, estamos a falar de uma nova fase da globalização mundial mas também de um novo papel da China no mundo que deixará assim de ter um papel passivo nessa globalização e passará a ativo dinamizador."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

A Nova Rota da Seda chinesa: dinâmicas e desafios

Moderadora: Andrea Valente

Título da Comunicação: *O Eixo de Cooperação Sino-Paquistanês e a Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”*

Autor: Jorge Tavares Silva (CEPESE; Universidade do Minho; Universidade de Aveiro; Universidade de Coimbra)

Resumo

O Paquistão e a República Popular da China (PRC) têm mais de sessenta anos de cooperação política, apesar de passarem por fases de maior ou menor intensidade nos diálogos. O relacionamento bilateral, que inclui a assistência no plano nuclear, é baseado numa conveniência geopolítica. As duas partes promovem a diversificação das interações diplomáticas, o aumento do comércio, os fluxos de energia e combatem em conjunto o terrorismo e o crime organizado. Ambos os países partilham 520 quilómetros de fronteira, e abriram um importante corredor económico que irá ligar o oeste da China ao Mar da Arábia. O projeto inclui a construção do porto de águas profundas de Gwadar. Todo esse eixo de cooperação encaixa-se na denominada Belt and Road Initiative (BRI), considerado por Xi Jinping como "o Projeto do Século", inclui uma rede complexa de ferrovias, empresas, portos, estradas, gás e oleodutos. De acordo com a interpretação do autor, a China apresenta-se como um trading state, enquadrado no slogan político de “sonho da China”. O autor argumenta que o BRI é uma forma de dominação da economia mundial através dos fluxos comerciais e da rede de infraestruturas. A verdade é que na sua relação com o Paquistão, enfrenta um conjunto de adversidades, tais como instabilidade na região do Balochistão, os ataques terroristas frequentes a nacionais chineses, o separatismo uigure e as apreensões da Índia e do Irão. O presente ensaio procura avaliar até que ponto as contrariedades no Paquistão colocam em causa o projeto de cooperação bilateral e, essencialmente, dificultam o avançar do BRI.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

A Nova Rota da Seda chinesa: dinâmicas e desafios

Moderadora: Andrea Valente

Título da Comunicação: *De quem é a Nova Rota da Seda? Uma avaliação dos projetos económicos da China, EUA, União Europeia e Rússia com vista à integração regional na Ásia Central*

Autor: Paulo Duarte (CICP - Universidade do Minho)

Resumo

Visto não existir uma Nova Rota da Seda, mas vários projetos de integração regional, este capítulo analisa a convergência, possível sobreposição e/ou competição de interesses entre a Faixa e Rota chinesa, a New Silk Road dos EUA, a União Económica Eurasiática (UEE) da Rússia, e as iniciativas europeias na Ásia Central. Em todos estes projetos, a economia desempenha um papel fundamental. O principal postulado é que a Nova Rota da Seda é um conceito ambíguo, compreendendo diferentes conceções acerca do regionalismo centrasiático, conforme os interesses de cada país. Face aos vários projetos, é a China que parece oferecer a proposta de integração regional mais promissora. A julgar pelo fracasso da anterior Eurasec, a UEE parece não ter aprendido a lição. A New Silk Road dos EUA é mera retórica, um discurso de vagas realizações. Resta a União Europeia, cuja política externa fragmentada está refém da alavanca de uma França ou Alemanha. Contudo, a marcha da China para Ocidente pode ser complementar aos esforços de uma UE que se orientaliza. A Faixa e Rota chinesa tem muito a oferecer à Europa, e esta muito a ganhar ao visitar a Ásia Central, através de uma fusão de sinergias com o projeto chinês.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Os Pequenos Estados nas Relações Internacionais

Moderador: Jorge Tavares da Silva

Título da Comunicação: *A construção da democracia em Cabo Verde: do condicionalismo colonial português ao reconhecimento internacional*

Autores: Bruno Carriço Reis (Universidade Autónoma de Lisboa) e João Paulo Madeira (Universidade de Cabo Verde)

Resumo

Procura-se com a presente comunicação, discutir os principais condicionalismos políticos, endógenos e exógenos, que influenciaram a transição e a consolidação da democracia em Cabo Verde. Detalharemos a construção da autonomia democrática, que implicou numa primeira fase a rutura com o sistema colonial e a autocracia do partido único, e num segundo momento, com a estratégia de credibilização internacional que foi construída, o que permitiu cimentar a imagem do país como um caso de estabilidade política na região oeste africana.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Os Pequenos Estados nas Relações Internacionais

Moderador: Jorge Tavares da Silva

Título da Comunicação: *Os Contornos da Diplomacia Pública: o Caso Português*

Autoras: Carmen Amado Mendes (Universidade de Coimbra) e Alina Stoica (Universidade de Oradea)

Resumo

Embora fiel ao objetivo que motivou a sua criação – a promoção dos interesses do Estado no plano externo, ou seja, a concretização dos desígnios definidos pela política externa – a diplomacia tem vindo a sofrer alterações visíveis a vários níveis. A evolução do paradigma clássico ditado pela Convenção de Viena de 1961 para aquilo que tem sido conceptualizado como “nova diplomacia” resultou da profusão de agentes envolvidos e áreas de atuação, e foi acompanhado pela emergência de enquadramentos jurídicos e estruturas institucionais especializadas. A promoção da imagem do Estado no exterior não será uma atividade propriamente nova mas, com a proliferação dos órgãos de comunicação social, tem assumido uma crescente importância na vida dos agentes diplomáticos. Este artigo analisa os contornos desta evolução, evidenciando ainda o papel que outras dimensões da atividade diplomática são instrumentalizadas pela diplomacia pública na promoção da imagem do Estado. Portugal, país exógeno por natureza, tem apostado em dois tabuleiros principais: a lusofonia e o atlantismo. Seria, por isso mesmo, expectável que a sua diplomacia cultural sobressaísse na política externa da União Europeia para África, Ásia e América Latina. No entanto, a diplomacia pública portuguesa ainda se encontra num estado muito embrionário e o Ministério dos Negócios Estrangeiros não lhe tem dado o devido destaque.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Os Pequenos Estados nas Relações Internacionais

Moderador: Jorge Tavares da Silva

Título da Comunicação: *Cabo Verde: os desafios ambientais dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*

Autor: João Paulo Madeira (Universidade de Cabo Verde)

Resumo

A presente comunicação tem como preocupação central analisar a problemática ambiental em África, tendo como referência o arquipélago de Cabo Verde que se enquadra no grupo de Pequenos Estados Insulares Africanos em Desenvolvimento e Madagáscar (SIDSAM). Esta problemática sugere uma reflexão multidimensional e interdisciplinar que prioriza o cruzamento dos dados obtidos a partir de uma análise crítica. Decorrente do elevado custo que o investimento no setor ambiental poderá acarretar, poderão ser delineadas estratégias intersetoriais e ações coordenadas no sentido de capacitar os SIDS africanos a lidarem melhor com o seu espaço a partir da sua localização geográfica privilegiada entre os continentes africano, europeu e americano. Como forma de garantir a força e a coesão interna e, por conseguinte, a segurança ambiental, torna-se necessário trabalhar a capacidade de resiliência das populações com o intuito de melhor lidar com os problemas que afetam os seus territórios. Esta análise permitirá tecer considerações sobre a importância da governança e da cooperação internacional, uma vez que os Pequenos Estados Insulares se confrontam diariamente com problemas sociais e económicos específicos sendo, por esse motivo, necessário constituir estratégias e planos de ação concertados na limitação das ameaças concernentes aos problemas ambientais.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

O legado de Woodrow Wilson, 1918-2018: trajetórias e tendências

Moderadora: Raquel Duque (ICPOL – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Comentadora: Ana Miguel dos Santos

Título da Comunicação: *A garantia da paz wilsoniana e a governança global*

Autoras: Mónica Dias (CIEP – Universidade Católica Portuguesa) e Raquel Duque (ICPOL – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Resumo

Na maioria dos atuais conflitos de alta intensidade é difícil alcançar um Tratado de Paz – e mantê-lo –, mas mais difícil ainda é o desafio da construção da paz que se lhe segue. A diferença entre um mero armistício e uma paz duradoura fora já traçada por Immanuel Kant (1795), mas a ideia de uma "paz justa" que compreenda a garantia de um Estado de Direito, participação política, Direitos Fundamentais, justiça social e uma cidadania ativa só seria desenvolvida nos Estudos Críticos da Paz a partir da segunda metade do século XX, inspirando-se fortemente nas propostas que Woodrow Wilson apresentou em 1918 para uma paz inclusiva e abrangente fundada numa organização internacional. Esta comunicação, apoiada numa abordagem predominantemente qualitativa, analisará em que medida se provam eficazes os esforços para "ganhar a paz" através de novas estratégias de cooperação alargada, de agentes e de competências, envolvendo ativamente a população afetada, tal como é particularmente visível nas atuais missões de peacebuilding em terrenos de "novas guerras" (Kaldor, 2010) que cada vez mais caracterizam a nossa "modernidade líquida" (Bauman, 2005), concentrando a análise no trabalho da Organização das Nações Unidas e das grandes cimeiras de estadistas (Slaughter, 2004).

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

O legado de Woodrow Wilson, 1918-2018: trajetórias e tendências

Moderadora: Raquel Duque (ICPOL – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Comentadora: Ana Miguel dos Santos

Título da Comunicação: *A Democracia Americana: da divisão de poderes à não adesão à Liga das Nações*

Autor: Pedro Meneses (Academia Militar)

Resumo

"Inspirado nos Catorze Pontos de Wilson e rejeitado pelo Senado, o Tratado de Versalhes expôs os equilíbrios estabelecidos na Constituição dos EUA, relevando a fragilidade do poder executivo, a preponderância do poder legislativo e os múltiplos checks and balances no quadro da soberania federal americana. O funcionamento destes mecanismos levou à não ratificação do Tratado de Versalhes pelos EUA, privando a Liga das Nações da potência emergente que determinaria a vitória na I Grande Guerra.

Dado o impacto internacional da decisão emanada do sistema político norte-americano, analisaremos a Constituição dos EUA, expondo as linhas de força da organização do sistema político que esta preconiza. Num segundo momento, iremos expor as competências do poder executivo e do poder legislativo no sistema político americano, destacando a menor extensão dos poderes do primeiro e os equilíbrios garantidos com a divisão do corpo legislativo. Finalmente, analisaremos criticamente os argumentos que sustentaram a não ratificação do Tratado de Versalhes e impediram a adesão à Liga das Nações."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

O legado de Woodrow Wilson, 1918-2018: trajetórias e tendências

Moderadora: Raquel Duque (ICPOL – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Comentadora: Ana Miguel dos Santos

Título da Comunicação: Rogue Nations and Global Order: how North Korea defies Woodrow Wilson

Autor: Karim Quintino (CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Resumo

Woodrow Wilson's Fourteen Points stated that military instruments should not be primordial for the consecration of national and international order. As such, the communication focuses on Wilson's 4th Point – "adequate guarantees given and taken that national armaments will be reduced to the lowest point consistent with domestic safety" –, and argues that although ideally meritorious and desirable, his theory of demilitarisation is ultimately unrealistic and therefore unattainable as long as Rogue States with international projection (i.e. possessing nuclear weapons) exist as such. Indeed, amongst the various principles that the UN's underwriting countries have undertaken to fulfil, there is one that has never truly occurred: the restriction of the use of force and military means. Hence, the fact that states never agreed to disarm to a Wilsonian extent further reiterates the idea that in a world where rogue nation still prevail in the international arena, military dismantling would be geo-political suicide. In order to uphold such theorisation, North Korea is taken as an illustrative case study, for its incredible deterrent power is capable of threatening global stability, order and peace; of subverting and manipulating the international community; and of undermining any chances of having Woodrow Wilson's 4th point fully materialised.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

O legado de Woodrow Wilson, 1918-2018: trajetórias e tendências

Moderadora: Raquel Duque (ICPOL – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Comentadora: Ana Miguel dos Santos

Título da Comunicação: *A cooperação para o comércio livre um século depois da declaração de Woodrow Wilson*

Autora: Mafalda Paiva Oliveira (CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Resumo

100 anos após a publicação dos 14 pontos de Woodrow Wilson para a criação da Sociedade das Nações, os princípios básicos da sua formação continuam relevantes e atuais – o desenvolvimento da cooperação entre nações e a garantia da paz e segurança. Entre os vários pontos que reforçam esse desejo de cooperação, o terceiro, em particular, enfatiza, por um lado, a remoção de barreiras económicas às trocas entre países e, por outro, a promoção da igualdade de condições de acesso ao mercado internacional. A Organização Mundial do Comércio tem tido um papel fundamental na promoção do liberalismo económico, mas encontra-se num impasse. A atual ronda de negociações, iniciada em Doha em 2001, tem encontrado dificuldades em estabelecer acordos que satisfaçam todos os países membros. Para mais, discursos protecionistas surgem com cada vez mais apoiantes por todo o globo, mesmo em países com tradições de promoção de comércio livre. Um século depois de Woodrow Wilson liderar um movimento para a cooperação entre países, é também hoje o presidente dos EUA, Donald Trump, quem representa uma nova corrente de protecionismo económico face ao surgimento de novas potências como a China. Questiona-se, portanto, quais os novos desafios colocados ao terceiro ponto da declaração.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

O legado de Woodrow Wilson, 1918-2018: trajetórias e tendências

Moderadora: Raquel Duque (ICPOL – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Comentadora: Ana Miguel dos Santos

Título da Comunicação: *Missões de Paz: Construção de Soluções Políticas em Territórios de Conflitos*

Autor: Francisco Proença Garcia (CIEP – Universidade Católica Portuguesa)

Resumo

Após o fim da guerra, as comunidades e os territórios afetados permanecem em conflito. O maior desafio para as missões de paz está, por isso, fortemente relacionado com a tentativa de reconciliação das populações, uma vez que este fator determina a base de confiança necessária para a criação de instituições - e que acaba por possibilitar a reconstrução do país. Assim, em vez de apostar em missões pós-conflito exclusivamente compostas por militares, as missões da ONU e também da NATO têm apostado cada vez mais no envolvimento de múltiplos atores num esforço interdisciplinar que reúne militares, para-militares e civis e que abrange áreas de intervenção muito mais amplas. Esta nova geração de missões assenta no princípio da cooperação de nações e saberes (plurais e especializados) a partir de um princípio que remonta já à conceção de "paz justa e inclusiva" anunciada há 100 anos no apelo do Presidente Wilson para a instituição de uma "Sociedade das Nações" capaz de integrar muitas organizações para assim facilitar a construção de uma paz duradoura. A comunicação a apresentar propõe-se avaliar a capacidade de participação de Portugal em missões de paz pautadas por esta nova dinâmica no conjunto de diferentes organizações internacionais.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Contratualismo, comunidades e representação política: novas fronteiras

Moderadora: Patrícia Fernandes

Título da Comunicação: *Problemas da Representação nas Democracias Contemporâneas*

Autores: André Toledo Porto Alves e Pedro Abrahão Lameirinhas Malina (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Resumo

Uma crescente insatisfação nos últimos anos relativa à política, em geral, e aos governos e governantes, especificamente, se expressa no aumento de protestos e na quantidade e variedade das pessoas que protestam, ocorrendo na maioria dos países e independe do regime político. No cerne deste movimento emergente está o sentimento de não representatividade, possivelmente enraizado em uma ilegitimidade ainda mais profunda e que demanda um questionamento acerca da própria experiência e existência humana, que se colocam em xeque pela instrumentalização esvaziante da política e da linguagem, não bastando a mera legalidade de um determinado sistema normativo. O conceito de representação se tornou fundamental no âmbito da história política moderna. Assim, faz-se necessário uma compreensão profunda do conceito de representação e de sua realização prática através da política e da linguagem. Neste trabalho pretendemos apresentar três autores, Hanna Pitkin, Leonardo Avritzer e Michael Saward, que se propõem a pensar a representação política e seu funcionamento. Além disso, pretendemos ao final traçar algumas considerações sobre suas teorias e a necessidade atual de se pensar a representação por novas formas.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Contratualismo, comunidades e representação política: novas fronteiras

Moderadora: Patrícia Fernandes

Título da Comunicação: *Em busca de uma “quarta via”? A teoria agonística como resposta ao modelo liberal de democracia*

Autora: Carla Prado (CES – Universidade de Coimbra)

Resumo

"Na conjuntura política actual, uma das maiores preocupações dos actores políticos e do meio académico é a queda de participação política e a falta de identificação dos eleitores face aos representantes políticos que devem eleger. Numa sociedade em que o poder político se encontra cada vez mais desmaterializado e caracterizado pela incerteza (Lefort, 1988), muitos são aqueles que apontam o dedo ao desgaste do modelo liberal de democracia, procurando alternativas que possam dar resposta às necessidades dos cidadãos e incluí-los de forma mais directa e participativa na vida política.

Uma dessas alternativas é proposta por Chantal Mouffe (2005; 2013). Criticando os partidários da chamada “terceira via” social-democrática (apontando o dedo à sua cumplicidade com o status quo) (Mouffe, 2005), bem como as visões habermasianas de um diálogo baseado na equidade que ignoram o papel do discurso como acto de poder e onde as assimetrias de poder se manifestam (Mouffe, 2013), esta teoria – denominada agonística – aposta num pluralismo onde o debate e o conflito discursivo têm um papel central no cenário político. A conflitualidade inerente à esfera política é, assim, considerada como um elemento positivo, ao contrário do consenso absoluto defendido pelos modelos de democracia liberal.

Neste artigo propomo-nos a explorar os limites teóricos e empíricos deste modelo, abrindo assim o debate e, sobretudo, procurando criar novas perspectivas teóricas que possibilitem a aproximação dos cidadãos às instituições democráticas que os representam. "

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Contratualismo, comunidades e representação política: novas fronteiras

Moderadora: Patrícia Fernandes

Título da Comunicação: *Das formas não-contratuais de obrigação política: amizade, solidariedade e reconhecimento*

Autor: Diogo Tourino de Sousa (Universidade Federal de Viçosa)

Resumo

A concepção contratualista da obrigação política aponta a capacidade dos indivíduos racionais de estabelecer contratos como fonte da obediência. Locke apresentou uma versão da livre escolha dos indivíduos como fundamento da obediência, ao apontar a liberdade e a autonomia como requisitos necessários ao consentimento. A concepção de um indivíduo moralmente autodeterminado foi reelaborada por Kant e Rawls. A crítica comunitarista apontará os perigos presentes nessa doutrina do individualismo moral. Ainda que o movimento contratualista represente uma conquista da modernidade, ao defender a neutralidade contra concepções particulares do bem comum, o resgate do pensamento aristotélico pode reativar o debate acerca do telos da vida coletiva, sem o qual nenhuma concepção sobre o justo é possível. O objetivo do trabalho é discutir formas alternativas de obrigação política não-contratuais, concentrando-se nas noções de amizade, solidariedade e reconhecimento. O argumento abordará os debates contemporâneos acerca da teoria democrática, notadamente os esforços no sentido de problematizar as concepções liberais de democracia, como aqueles empreendidos pela retomada do pensamento republicano e pelo comunitarismo. O texto discute os argumentos de Taylor, Sandel, Walzer e MacIntyre, com o objetivo de defender a necessidade de uma política do bem comum contra a fragmentação da sociedade contemporânea.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Contratualismo, comunidades e representação política: novas fronteiras

Moderadora: Patrícia Fernandes

Título da Comunicação: *Intentional Communities in Portugal: Effects on Social Capital Development*

Autor: Tiago Alexandre Pinto Conceição (Universidade de Aveiro)

Resumo

"Neste estudo, propomo-nos analisar a capacidade das comunidades intencionais – experiências de vida comunitária que congregam pessoas que procuram desenvolver estilos de vida em oposição/paralelo à sociedade mainstream – na promoção de capital social potencialmente mitigador de exclusão social.

Concebendo capital social com base em Bourdieu e Lin, visa-se entender de que forma estas comunidades promovem a integração dos seus membros em redes socio-políticas relevantes em termos de acesso e mobilização de recursos, que lhes estão associados, para a acumulação de benefícios socioeconómicos.

Embora alvo de crescente interesse político-académico internacional, este fenómeno encontra-se pouco estudado em Portugal. Considerado como desfavorável para o estabelecimento destas comunidades, o contexto português serve de background ao nosso estudo (concebendo-o, assim, num least-likely-case-scenario).

Tentando colmatar essa lacuna, e após um exercício de mapeamento das comunidades existentes no país, desenvolveu-se um estudo aprofundado de duas comunidades (através de most-similar-systems-design), recorrendo a participação-observante e entrevistas semi-estruturadas, integrando técnicas/mecanismos como Position e Resource-Generator. De um modo geral, conclui-se que Portugal não é um contexto assim tão adverso e que as dinâmicas de mobilização de recursos socioeconómicos desenvolvidas nas comunidades estudadas oferecem condições de acumulação de capital económico e humano, bem como de construção de bases identitárias e afirmação de auto-estima."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Dynamics and challenges of (partisanship in) the triad of power: party, government and public administration

Moderadora: Patrícia Silva

Título da Comunicação: *Politicization and Public Administration: what Portuguese Senior Civil Servant background can teach to public opinion?*

Autor: David Ferraz (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

Resumo

"This paper emphasizes the relationship between political and administrative actors by studying the recruitment and selection process in Portugal. To better understand it, a review of the literature on the topic and a documental analysis were carry out, as well as the application of an on-line questionnaire to 964 Senior Civil Servants, who performed managerial functions between 2004 and 2011.

We could confirm two main components / criteria that were in the source of the selection of the Senior Civil Servants (political and professional components) and within them the main factors that compose them. Data suggests that, between 2004 and 2011, the factors influencing the selection of middle level managers were predominantly technical. We also identify different components of those factors regarding middle level and top-level public managers groups.

Overall, although academic literature suggests high levels of politicization in higher managerial functions in Portuguese administration and that we recognize that the political component has it weight, it was not possible to confirm the hypothesis that in Portugal, between 2004 and 2011, the factors that mostly influenced the selection of senior public officials were predominantly political."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Dynamics and challenges of (partisanship in) the triad of power: party, government and public administration

Moderadora: Patrícia Silva

Título da Comunicação: *Politização e confiança política: menos é mais?*

Autora: Michelle Serralva Macêdo (Universidade de Aveiro)

Resumo

"O declínio da confiança política nas democracias ocidentais tem sido amplamente documentado. Embora não existam evidências deste declínio afetar o apoio a princípios democráticos, parece existir uma relação positiva entre o desempenho das instituições políticas e a confiança política. A percepção do cidadão sobre a politização da administração pública – aqui entendido como mecanismo da escolha e nomeação das elites administrativas – contribui para a desconfiança face aos partidos políticos e, por extensão, torna-se expectável um potencial impacto sobre a confiança nas restantes instituições políticas. Contudo, o conhecimento dos cidadãos sobre a politização é amplamente mediado pela comunicação social, cujo enquadramento pode reduzir ou permitir o enraizamento de um sentimento anti-partidário.

Esta comunicação pretende compreender a relação entre politização e confiança política. Uma vez que a ligação entre o eleitorado e as instituições políticas é cada vez mais mediada pela comunicação social, procura-se testar até que ponto a forma como a nomeação das estruturas dirigentes é reportada na comunicação social tem impacto na confiança política. Empiricamente, este artigo baseia-se no método experimental para estudar os efeitos da exposição a notícias com diferentes enquadramentos tem na audiência, quer no seu nível de eficácia política, nas atitudes para com os partidos e na confiança em instituições políticas."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Dynamics and challenges of (partisanship in) the triad of power: party, government and public administration

Moderadora: Patrícia Silva

Título da Comunicação: *The positioning of Public Managers between Traditions and Reforms: Portugal in a comparative perspective*

Autor: Luís Mota (GOVCOPP – Universidade de Aveiro)

Resumo

"Public governance in the so-called western world has undergone several waves of reforms since the 1980s, which advocated, among other things, different approaches towards public management, such as the empowerment of public managers vis-a-vis politicians or a focus on outputs and outcomes.

Although the reformist agenda had universalistic goals, the process and results of reform implementation were quite distinct in different (groups of) countries, due to the influence of national administrative traditions. As some previous studies highlight, Portugal is a good example of hybridism, since the adoption of NPM-oriented measures has been influenced by the country's Napoleonic administrative tradition, which is characterized, among other things, by high levels of legalism and politicization.

Based on the results from the COCOPS survey, launched on 296 top- and intermediate-level public executives in Portugal, this paper analyses if the respondents perceive their own job and duties to be closer to reformist or traditional principles. National results will be compared with results from other 15 European countries.

Considering these professionals are (potential) agents for change in the public sector, these results may then be a proxy of the degree of current adherence and future permeability to managerialism ideals in the Portuguese public sector."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Dynamics and challenges of (partisanship in) the triad of power: party, government and public administration

Moderadora: Patrícia Silva

Título da Comunicação: *Ministros e secretários de estado: o alinhamento inicial de preferências no governo português (2005-2015)*

Autor: Pedro Silveira (Universidade Nova de Lisboa; Universidade da Beira Interior)

Resumo

"Quando são nomeados para o governo, ministros e secretários de estado têm ideias próprias? Que mecanismos existem para garantir a priori que os secretários de estado seguem as ideias do ministro? Existe um eficaz alinhamento inicial de preferências? Qual a relevância do programa de governo nesse alinhamento e em que medida estes actores o têm em conta? Este paper responde a estas questões, através da análise das relações entre ministro e secretários de estado nomeados para o governo português, entre 2005 e 2015.

Em termos teóricos, é utilizado o modelo do agente-principal para enquadrar esta relação na cadeia democrática de delegação e accountability. Mais especificamente, o enfoque é colocado na contratualização substantiva da relação, permitindo perceber em que medida a accountability ex ante é utilizada para evitar perdas de delegação. Metodologicamente, assenta principalmente na análise de conteúdo de entrevistas efectuadas a ex-ministros e ex-secretários de estado.

Os resultados sugerem que a contratualização substantiva é pouco utilizada no governo português, sendo manifestamente informal e casuística, o que pode potenciar divergências dentro do governo e ter custos (por exemplo o reforço da supervisão). O único mecanismo que, na prática, possibilita um alinhamento inicial de preferências é o programa de governo. No entanto, a valorização que estes actores concedem a este instrumento é muito diferenciada."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Dynamics and challenges of (partisanship in) the triad of power: party, government and public administration

Moderadora: Patrícia Silva

Título da Comunicação: *A despolitização das elites governativas: os ministros e secretários de estado independentes em Portugal (1995-2015)*

Autores: Mariana Carmo Duarte (CIES – Instituto Universitário de Lisboa) e Pedro Silveira (Universidade Nova de Lisboa; Universidade da Beira Interior)

Resumo

"Portugal é um dos países da Europa Ocidental com maior proporção, por governo, de ministros e secretários de estado sem experiência político-partidária, usualmente denominados de "independentes". Apesar das causas estarem identificadas na literatura, pouco tem sido dito sobre o processo e as consequências desta despolitização do governo. Torna-se, deste modo, importante compreender quem são estes indivíduos, como são recrutados e em que medida esse recrutamento tende ou não a iniciar uma carreira política.

Com efeito, várias perguntas permanecem por responder: Se estão afastados dos partidos, quem são e como são recrutados os independentes? Depois do exercício do cargo governativo, mantêm cargos políticos? Ou seja, constituem uma resposta eficaz de abertura dos partidos ou apenas uma maneira destes responderem à necessidade de nomear governantes?

Através de uma análise dos ministros e secretários de estado portugueses independentes nomeados entre 1995 e 2015, e do recurso a um conjunto abrangente de fontes (dados de caracterização sociopolítica, imprensa partidária, entrevistas com ex-ministros e ex-secretários de estado) e métodos e técnicas (análise de conteúdo, análise estatística), obtém-se uma compreensão abrangente e original sobre os independentes no governo português."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Apoio político e comportamento eleitoral: Explicações económicas, sociológicas e psicológicas

Moderador: Marcelo Camerlo

Título da Comunicação: *La ruptura del determinismo sociológico en el sur de Europa: incidência del modelo de voto económico en España y Portugal*

Autores: José Manuel Rivera Otero (Universidad de Santiago de Compostela) e Ángel Cazorla Martín (Universidad de Granada)

Resumo

"En el presente trabajo pretendemos realizar un estudio comparado respecto a la incidencia de los componentes de tipo económico en el voto en dos países del sur de Europa, caso del España y de Portugal. Para ello, pretendemos desarrollar un análisis de los determinantes fundamentales en el voto en los dos países incidiendo en la categorización de los efectos producidos por la importante variación en la situación económica en España y Portugal. De igual modo, pretendemos desarrollar un modelo, basado en técnicas SEM (Estructural Equation Model) que nos permita medir los efectos de los componentes clásicos del modelo de voto económico, ya sean componentes egotrópicos, sociotrópicos, prospectivos y retrospectivos.

Nuestra hipótesis principal es que entendemos que se produce un cambio en los patrones del comportamiento electoral como una respuesta a unas condiciones cambiantes de la sociedad, especialmente económicas. Estas generan un nuevo marco explicativo de la conducta tradicional del votante en estos dos países, donde los modelos clásicos del voto sociológico o psicológico van perdiendo fuerza, en tanto que las condiciones propias e impuestas de tipo económico van moldeando un nuevo tipo de votante."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Apoio político e comportamento eleitoral: Explicações económicas, sociológicas e psicológicas

Moderador: Marcelo Camerlo

Título da Comunicação: *Emociones y decisión de voto en las Elecciones Generales de 2016 en España*

Autoras: Nieves Lagares, Erika Jaráiz e María Pereira (Universidad de Santiago de Compostela)

Resumo

El proceso de decisión de voto ha sido uno de los elementos centrales de estudio para la ciencia política desde mediados del siglo pasado. Desde los primeros análisis clásicos del comportamiento electoral, focalizados bien en el carácter sociológico y estructural del voto, Escuela de Columbia; bien en la naturaleza psicológica, Escuela de Michigan o bien en la identificación del peso de los elementos económico-rationales en la decisión, han sido muchos los trabajos que han proliferado con la finalidad última de determinar cuáles son los factores que conducen a un ciudadano a decantarse por una u otra opción política. En estos trabajos, se ha ido poniendo de relieve el declive en importancia de algunos elementos de explicación clásicos, la aparición de nuevos tipos de relación entre dichos elementos, e incluso la existencia de elementos nuevos que podrían contribuir a la explicación. Entroncando con esta última cuestión y frente a la importancia del desarrollo del análisis de carácter racional, este trabajo pretende profundizar en la importancia que el componente emocional puede tener en la explicación de la composición del voto a los partidos políticos españoles en las pasadas elecciones generales de 2016. El objetivo final será determinar si las emociones son un elemento de explicación del comportamiento de voto, en qué medida impactan y si dicho impacto es similar o diferenciado en función de la opción política analizada.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Apoio político e comportamento eleitoral: Explicações económicas, sociológicas e psicológicas

Moderador: Marcelo Camerlo

Título da Comunicação: *Eleitores, cidadania e nacionalidade: eleitores “extraterritoriais” no espaço dos países da CPLP, em perspetiva comparada*

Autora: Paula do Espírito Santo (CAPP/ISCSP – Universidade de Lisboa)

Resumo

"Esta contribuição propõe-se a identificar e verificar uma das dimensões essenciais do conceito de cidadania, centrada na nacionalidade, e na conseqüente capacidade de participação eleitoral. O problema de investigação que pretendemos investigar é o seguinte: qual o significado estatístico e político da inscrição eleitoral entre os detentores de nacionalidade Portuguesa, a residirem em países da CPLP, incluindo Portugal? Como objetivo específico pretende-se apurar a importância do fenómeno de inscrição eleitoral entre os detentores de nacionalidade Portuguesa, em casos de emigrantes Portugueses e lusodescendentes. Defendemos que os valores da abstenção eleitoral devem ser considerados nos moldes da sua abrangência relativa.

Em termos metodológicos e empíricos, a base principal de investigação estará assente nos dados das estatísticas oficiais referentes ao recenseamento eleitoral. Como resultados esperados, para além de se procurar contribuir para uma maior aproximação ao fenómeno da inscrição eleitoral, em eleitores Portugueses a residir fora de Portugal, pretende-se contribuir para observar, de forma enquadrada, a abstenção eleitoral de forma a relativizar os seus valores, usualmente considerados elevados em Portugal, um país com um comportamento de emigração secularmente enraizado."

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Apoio político e comportamento eleitoral: Explicações económicas, sociológicas e psicológicas

Moderador: Marcelo Camerlo

Título da Comunicação: *Procedural Fairness, Policy Outcomes and Political Support*

Autores: Pedro Magalhães e Tiago Abril (ICS – Universidade de Lisboa)

Resumo

Many studies show that, in their relation with authorities, people care not only about getting their preferred outcomes but also about the way those outcomes are generated, particularly about procedural fairness. But which aspect — outcomes or procedures— is most important in explaining support for political authorities? And which dimension of procedural fairness is most relevant. Furthermore, a growing research agenda has shown an interactive effect between outcomes and procedures. Can we find such interaction effect in the Portuguese context? This study is based on a survey experiment conducted in Portugal in the eve of the 2017 local elections.

IX Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política
Universidade do Minho (Campus de Gualtar - Braga)
20 de Abril de 2018

Apoio político e comportamento eleitoral: Explicações económicas, sociológicas e psicológicas

Moderador: Marcelo Camerlo

Título da Comunicação: *Cold Pragmatism, Warm Radicalism: ideological differences between Radical Left Parties from Nordic and Southern European countries*

Autor: Pedro Miguel Cardoso Lourenço (Universidade de Aveiro; Universidade da Beira Interior)

Resumo

The 2008 economic crisis brought an increasing support for some Western European radical left parties (RLPs) and renewed academic attention to this party family. Still, there is a lack of empirical knowledge on the ideological differences among RLPs - particularly across countries and regions. The present work conducts a systematic and direct cross-regional comparison of the ideological differences between RLPs from two different European regions (Nordic and Southern European countries). Manifesto content analysis (CMP) and expert surveys (CHES) are used for measuring and comparing party positions along several ideological dimensions and to evaluate to what extent a region-based ideological classification of these RLPs finds empirical support. We argue that, despite some important differences between Nordic and Southern European RLPs, these are not sufficient to consider them as separate RLP ideological subtypes. The use of more specific empirical methodologies for the study of RLPs should be considered in order to best address the differences between them. The results of our study contribute for the comparative study of RLPs and, more broadly, for the study of European party families and corresponding party politics.